



COP 30: uma análise dos principais avanços para os povos originários

Autor(res)

Djamere De Sousa Braga Leite
Joelma Dias Alves De Araujo
Maria Das Graças Sales Araújo Ferreira
Waldson Sousa Da Silva
Matheus Paulino Sousa Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS UNOPAR DE JOÃO PESSOA

Introdução

A COP 30 surgiu com a finalidade de discutir e orientar países para que pudessem adotar medidas para se adaptarem a crise climática mundial, bem como criar ferramentas de monitoramento das implementações das ações sugeridas. Os indígenas por serem comunidades bruscamente afetadas com as alterações climáticas causadas pelos impactos ambientais, necessitam ser inseridos em todas as questões que os envolvem.

Para Garcia, et al. (2026), para que a Conferência das Partes tenha impacto real, torna-se necessária a incorporação das propostas e demandas dos povos originários.

Em janeiro de 2026, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, realizou um seminário para que pudesse ser avaliado os resultados da agenda indígenas durante a COP 30, onde enfatizou-se a importância desses povos, que mesmo ocupando apenas 5% da população mundial, eles tem a capacidade de preservarem até 80% da biodiversidade remanescente do planeta (Brasil, 2026).

Objetivo

O estudo objetiva analisar quais os principais avanços que a população indígena alcançou a partir das discussões lançadas na COP 30.

Material e Métodos

A pesquisa realizada foi de caráter bibliográfico, onde foi utilizado banco de dados online. Nesta revisão, as bases de dados utilizadas foram a SciELO, e ainda sites oficiais do governo federal. Procurou-se dados atuais, de forma que os resultados pudessem ser comparados com a atual conjuntura em relação ao conteúdo abordado. O conteúdo pesquisado foi codificado e contextualizado para uma melhor compreensão.

Resultados e Discussão

Analisou-se que a COP 30 alcançou pontos positivos para a comunidade indígena, pois trouxe esta população para o cenário de decisões às quais estão inseridos. Contudo, para que ocorra a eficácia das pactuações das nações signatárias, faz-se necessário um monitoramento constante e políticas públicas voltadas para os povos

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



originários, em que deve-se observar seus direitos humanos fundamentais, bem como suas garantias.

Conclusão

O presente estudo foi considerado relevante, haja vista que se identificou o reconhecimento por parte do país, da necessidade de colocar os indígenas dentro do cenário político ambiental, fazendo assim, com que eles trouxessem demandas importantes para essa conferência. Acresce a relevância das sementes plantadas na COP 30 que seguem sendo discutidas pelas autoridades dos povos originários, levando assim uma perspectiva de avanços futuros com a implantação das intervenções necessárias.

Referências

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Funai promove seminário para avaliar avanços da COP 30 na agenda indígena. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2026/funai-promove-seminario-para-avaliar-avancos-da-cop-30-na-agenda-indigena-1>. Acesso em: 19 abr. 2026.

GARCIA, C. F. M. et al. Amazônia, povos originários e a luta contra o etnocídio: desafios e resistências frente à COP 30. In: TOBIAS, M. (org.). Terra do mar doce: edição especial COP 30: contribuições da academia para a Amazônia. Guarujá, SP: Científica Digital, 2025. p. 13-32. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-947-1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.